

RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

De acordo com a alínea e) do art.º 42 da Lei 50/2012 de 31 de Agosto é apresentado o relatório referente ao 1.º trimestre de 2014.

O relatório está estruturado de forma a se obter, de forma directa, a diferença entre os valores orçamentados e a execução nas principais rubricas de gastos e rendimentos da empresa. É apresentada de seguida uma explicação/justificação das diferenças referidas anteriormente.

Comparação do orçamento vs execução 1.º trimestre de 2014

RENDIMENTOS E GASTOS	Orçamentado	Real	Desvio
Vendas e serviços prestados	783.514,07	714.994,63	-68.519,44
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-41.336,74	-43.119,55	-1.782,82
Fornecimentos e serviços externos	-362.895,31	-343.145,12	19.750,19
Gastos com pessoal	-112.484,49	-98.882,01	13.602,48
Provisões (aumentos/reduções)	-26.440,05	-27.236,04	-795,99
Outros rendimentos e ganhos	69.132,67	79.557,25	10.424,58
Outros gastos e perdas	-83.583,44	-74.764,35	8.819,09
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	225.906,70	207.404,81	-18.501,89
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-111.111,14	-107.999,42	3.111,72
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	114.795,56	99.405,39	-15.390,17
Juros e gastos similares suportados	-7.265,12	-3.346,93	3.918,19
Resultado antes de impostos	107.530,44	96.058,46	-11.471,98
Impostos sobre o rendimento do período	-26.344,96	-20.168,37	
Resultado líquido do período	81.185,48	75.890,09	-5.295,40

Em relação à análise dos desvios entre a execução do 1.º trimestre de 2014 e o orçamento para o mesmo período salientamos o seguinte:

Analisando comparativamente as Vendas e Prestações de Serviços regista-se uma diferença de menos 68.519 €, tal redução refere-se à diminuição verificada neste trimestre com a venda de energia eléctrica, cerca de 68.918 € e também ao facto de o valor da Taxa de Gestão de

Resíduos ter sido orçamentado com um aumento da respectiva Taxa mas na prática se estar a praticar a TGR do ano de 2013 ou seja 4,27 €/ton.

Por outro lado quer as quantidades encaminhadas para reciclar, quer a deposição de resíduos sólidos urbanos registaram um aumento de 4.407 € e 6.549 €, já que as quantidades depositadas em aterro aumentaram face ao orçamentado em 201 toneladas.

Na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos existe um aumento de 10.425 € resultado da imputação de subsídios referentes ao 1.º trimestre e também à imputação de 80% da Bolsa de Estágio comparticipada pelo IEFP.

Por outro lado registou-se um aumento nas Reversões, nomeadamente a Reversão da Provisão para Renovação de Equipamento, cujo aumento está relacionado com o aumento das quantidades facturadas no tratamento de RSU em cerca de 796 €.

Quanto aos Gastos, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (gasóleo) apresenta um desvio negativo, apresentado um desvio negativo de 1.783 € face ao orçamentado, derivado do aumento do consumo do gasóleo.

Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um desvio positivo de 19.750 € relacionado com a diminuição da venda de energia à EDP que consequentemente também fez diminuir o valor correspondente à percentagem de 60% debitada pela Envigoras.

Por outro lado foram orçamentadas despesas, com início previsível para este trimestre que entretanto não vieram a ocorrer, ou que se iniciaram posteriormente ao orçamentado não tendo o seu início afectado da forma esperada a rubrica em análise, como é o caso:

- pintura de contentores;
- o renting da viatura;
- a desactivação da bacia de lixiviados que se encontra em fase de realização de procedimento no âmbito do CCP;
- e as campanhas de sensibilização.

Nos Gastos com o Pessoal o desvio também foi positivo em 13.602 €, este desvio está relacionado com o facto de neste trimestre estarem três funcionários de baixa durante um período significativo, levando à diminuição dos custos:

- António Marcelino desde 30 de Janeiro de 2014, sem previsão de regresso – baixa médica;
- Alexandre Fernandes de 24 de Fevereiro a 01 de Abril de 2014 – baixa médica;
- Maria Manuela Godinho de 13 de Janeiro até 07 de Março de 2014 – baixa de seguro.

Quanto aos Gastos com Depreciações, existe um desvio positivo de 3.112 € que está relacionado com o facto de existir equipamento que neste trimestre terminou a sua vida útil (no mês de Janeiro).

A rubrica de Provisões apresenta um desvio negativo de 796 €, relacionado com a provisão para renovação de equipamento, que corresponde a 5% do valor da facturação (excluindo a facturação de energia à EDP), a qual aumentou por via do aumento da facturação (tratamento de RSU). As provisões para selagem e monitorização terminaram em 30 de Junho de 2013.

Os Outros Gastos e Perdas apresentam um desvio positivo em 8.819 €, devendo-se tal desvio ao facto de se ter orçamentado um aumento na Taxa Gestão Resíduos, quando, na realidade, a Taxa Gestão Resíduos praticada em 2014 é idêntica à de 2013 não tendo sido publicado nenhum aumento até ao momento pela Agência Portuguesa do Ambiente, como já foi referido anteriormente.

Os Gastos com Juros suportados evidenciam um desvio positivo de 3.918 €, referente à diminuição das taxas de juro, nos contractos de leasing.

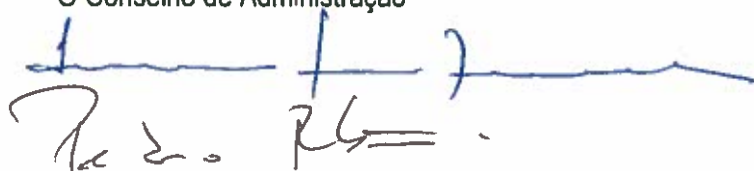
No cálculo do imposto sobre o rendimento foi aplicada a taxa de 23% de IRC, acrescida de 1,50% relativo à derrama. O imposto sobre o rendimento está deduzido de cerca de 3.366 € referente a impostos diferidos dos subsídios imputados neste trimestre.

Em conclusão, o Resultado Líquido no 1.º trimestre de 2014 foi de 75.890 € apresentando um desvio negativo em 5.295 € face ao orçamentado.

Em conclusão não se registam, neste trimestre, desvios para os quais seja necessária a aplicação de medidas correctivas.

Almeirim, 28 de Maio de 2014

O Conselho de Administração

A handwritten signature in blue ink, consisting of a long horizontal line with a vertical stroke in the middle and a small loop at the end, followed by the initials 'R. S. R. G.'.

O TOC (Alda Margarida Rodrigues Caetano Marques n.º 68.270)

A handwritten signature in blue ink, reading 'Alda Caetano'.

Nuno Manuel de Moraes Kol de Carvalho, vogal do Conselho de Administração da ECOLEZIRIA – EMPRESA INTERMUNICIPAL PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EIM, reiterando as razões aduzidas na reunião do Conselho de Administração da ECOLEZÍRIA, ocorrida no dia 27 de Março de 2014, traduzida nos próprios documentos de prestação de contas da Sociedade, referentes ao exercício de 2013, vem justificar a sua recusa em assinar o Relatório da Execução do Orçamento referente ao referido exercício.

Na verdade, o signatário não concorda que o resultado líquido do período não contemple a verba de custos relacionados com o *fee* de gestão de 5% sobre os valores de venda de energia à EDP, na medida em que, devidamente esclarecida, a Assembleia Geral da ECOLEZÍRIA deliberou, em 16 de Maio de 2013, por unanimidade, a aprovação de uma proposta (apresentada no âmbito de um Ponto da Ordem de Trabalhos com o enunciado “Análise da venda de energia no âmbito do AGAT”) que ia no sentido de clarificar e enquadrar nos pressupostos do AGAT a remuneração de 5% sobre a venda de energia para os parceiros privados.

Acresce que os serviços referidos foram efectivamente prestados e facturados pelas accionistas privadas e as correspondentes facturas foram devidamente pagas pela ECOLEZÍRIA – sem qualquer reserva e ainda no decurso do exercício em apreciação - não se vislumbrando, portanto, qualquer fundamento para a não consideração de tais verbas nos documentos em análise.

Lisboa, 28 de Março de 2014-